

# COTIDIANO DE AMERÍNDIOS EM REGIÃO DE FRONTEIRA NO FINAL DO SETECENTOS

João Bosco da Silva\*

## RESUMO

Este artigo objetiva analisar, através de relato de cronistas e documentos manuscritos guardados no Núcleo de Documentação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso e Arquivo Público de Mato Grosso, o cotidiano de ameríndios na capitania de Cuiabá e Mato Grosso no decorrer do governo de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), procurando demonstrar as estratégias usadas não só por esse governante, mas, por todos os administradores de Mato Grosso no período colonial, com foco no trato reservado ao ameríndio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade, Cotidiano, Ameríndio

## ABSTRACT

This article aims to analyze through columnists' report and hand written documents kept in the Nucleus of Regional Historical Documentation of the Federal University of Mato Grosso and Public File of Mato Grosso, the daily of Amerind in the captaincy of Cuiabá and Mato Grosso in elapsing of the government of Luis of Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), trying to demonstrate the strategies used not only for that rulers, but, for all the administrators of Mato Grosso in the colonial period, focusing the reserved treatment to the amerind.

**KEYWORDS:** City; Daily; Amerind

## Introdução

Vila Bela da Santíssima Trindade edificada às margens do Rio Guaporé, em 1751, foi cabeça do governo da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso durante quase um século.

Planejada sob a ótica urbanística do século XVIII, esta vila guardava em si a insígnia de ser antemural da capitania, por isso sua população deveria estar em constante acréscimo,

---

\* Mestre em História pela UFMT. Professor de História da Rede Pública de Ensino, atualmente compõem a Gerência de Diversidade da Secretaria de Estado de Educação. Faz parte do Grupo de Pesquisa História, Cultura, Arte e Poder. É membro do Fórum Estadual Permanente de Educação e Diversidade de Mato Grosso e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso. Contato: [professorbosco@terra.com.br](mailto:professorbosco@terra.com.br) ou [joao.silva@seduc.mt.gov.br](mailto:joao.silva@seduc.mt.gov.br). Endereço: Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, 215, CPA, CEP: 78049-909. Fone: 65 – 3613-6328. Este artigo é parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado, intitulada “Vila Bela à época de Luis de Albuquerque (1772 -1789)”.

pois assim teria braços para pegar em armas e defender as terras lusitanas de ataques dos colonos de Castela.

Este artigo tem como objeto demonstrar como no governo do 4º Capitão General da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso desenvolveu-se uma política de aproximação aos ameríndios, buscando trazê-los para os centros urbanos a fim de serem usados como mão-de-obra na região.

O discurso de que os ameríndios eram seres bárbaros e inumanos, usado por vários cronistas da época, demonstra como as pessoas viam os povos indígenas, insinuando em seus escritos que só a ‘domesticação’ livrariam estes da marca indelével e cruel que traziam consigo.

Tendo em vista nosso objetivo, usamos como fonte principal, para montar esta narrativa, obras de cronistas como Joaquim da Costa Siqueira, Henrique de Beaurepaire Rohan e Augusto Leverger. Além das obras desses autores, utilizamos também documentos manuscritos do Arquivo do Conselho Ultramarino disponível no Núcleo de Documentação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso e Documentos Avulsos, guardados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, buscando, com essas fontes, embasar-nos para a compreensão do cotidiano do ameríndio na então Vila-capital da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso e seu entorno.

Destacamos ainda, neste artigo, o modo como a política modernizadora de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão general e governador de Cuiabá e Mato Grosso para Vila Bela da Santíssima Trindade, incluía a ‘domesticação’ de nações ameríndias, com intuito de aproveitá-los como mão-de-obra em várias atividades produtivas na vila fronteira.

### **Vivendo na fronteira: Ser Ameríndio na Vila Bela Setecentista**

Vila Bela da Santíssima Trindade foi planejada para ser Vila-Capital de uma capitania que, do ponto de vista geopolítico, corresponderia a “uma das mais importantes de todo Brasil, tanto pela sua extensão e pelas sabidas, mas ainda intactas, riquezas que guardavam os seus vastíssimos sertões, como por ser fronteira ao vasto, populoso e rico Peru” (SERRA,1975:3).

Planejar e concretizar uma vila no extremo oeste do Brasil, mais precisamente na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, representava a maior expectativa da Coroa Portuguesa em garantir a posse efetiva dessa região, “uma vez que a Capitania do Mato Grosso, naquele momento, era uma das meninas dos olhos do Estado português, por se tratar de um espaço recém ocupado dos espanhóis, por ser limite com o Vice-Reino do Peru e, mais ainda por ser rica em ouro e diamantes” (COSTA, 2001:997).

Em 1772, chega à região Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o 4º Capitão General e Governador da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso. Esse administrador tentou transformar a Vila-Capital em uma verdadeira cidade de colonização portuguesa, cujo espaço urbano deveria equiparar ao seu projeto de governo.

Sob esse ponto de vista, o ameríndio passa a ser um dos alvos da política administrativa desse governante, pois aquele era considerado um dos entraves ao advento da propalada modernidade, não só em Vila Bela, mas também em toda capitania.

Diversos cronistas descrevem os ataques de ameríndios às vilas e povoados, dando a entender a necessidade de ‘civilizar’ esse povo para torná-lo vassalo de Sua Majestade.

Um desses cronistas é Joaquim da Costa Siqueira, que afirma: “Assim como aos febricitantes não há água que sacie, pois quanto mais apetece, assim parece que devemos considerar os nossos inimigos bárbaros, porque quanto mais matam mais querem matar e o prosseguem a fazer” (SIQUEIRA, 2002:98).

Em 1776, Siqueira diz:

Como o gentio bárbaro não nos tinha hostilizado desde o dia 5 de julho de 1774 [...] mas quem tem inimigos não dorme; eis que no dia 11 de julho na paragem chamado O Chiqueiro, onde se achava no serviço de sua roça Antônio Vieira de Brito, um dos roceiros de maior tráfico no rio Cuiabá acima, com dezesseis escravos seus.[...] Acabou aquele miserável com todos os seus escravos desgraçadamente naquele lugar sem guardas, sem confissão, nem outro algum sacramento a poder daquela furiosa barbaridade, que depois de excitar o seu diabólico intento, se retirou carregando as ferramentas que pode apanhar, como sempre costumou (2002:105).

Semelhantemente, em 1775, em seus *Apontamentos Cronológicos da Província do Mato Grosso*, Augusto Leverger, destaca:

No começo de maio uns 200 índios que se supõem Guaicurus, subiram o rio Paraguai em 20 canoas e mataram 16 pessoas em um sítio pouco acima da barra do Jauru. Pouco depois os Paiguás mataram também 28 pessoas nas imediações do Paraguai, pregando em pontas de pau as cabeças das vítimas e incendiando-lhes as casas; e pelo mesmo tempo os Bororos perpetraram mortes e depredações no Coxipó-Açu (LEVERGER, 2001:78).

O papel de Luís de Albuquerque, na condição de Capitão-general e Governador da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, foi fundamental no trato ao processo ‘civilizatório’ dos ameríndios, buscando fazer destes seres capazes de observar as leis e se transformarem, além de vassallos da coroa portuguesa, em pessoas úteis ao sistema vigente como mão-de-obra para o engrandecimento da capitania.

No dizer dos cronistas consultados, havia um clima de terror cotidiano causado pelos constantes ataques dos ameríndios. Por isso, a vigília deveria ser inflexível, como enfatiza Joaquim da Costa Siqueira na frase ‘quem tem inimigo não dorme’, pois a qualquer momento os ameríndios poderiam atacar uma vila ou povoado e promover estragos na região. Nesse sentido, cumpria ao governo promover toda e qualquer atitude objetivando coibir tais ameaças, como expõe Henrique de Beaurepaire Rohan em seus “Anais de Mato Grosso”:

No ano de 1773, os selvagens das circunvizinhanças de Cuiabá tinham se tornado tão desaforados que em menos de dois anos nas suas interpresas cruéis haviam morrido mais de 200 moradores daquele distrito. Estes selvagens eram os Caiapós, ou os Bororos. Em virtude das ordens do general Luis d’Albuquerque mandou-se contra eles uma bandeira capitaneada por Paschoal Delgado Lobo, a qual conseguiu capturar mais de 80 Bororos[...] (ROHAN, 2001:67).

Deduz-se então que, como administrador, era função do capitão general dar paradeiro às atitudes dos ameríndios, considerados selvagens não só pelos cronistas, mas por toda população.

Durante seu governo, Luís de Albuquerque criou povoados, fortes e vilas com o intuito de guarnecer e preservar as terras desta região para domínio da coroa portuguesa. Deu ainda atenção especial à Vila-Capital, na qual seu projeto modernizador mostrou-se com mais vigor, afinal, sendo cabeça do governo, era preciso imprimir a essa vila ares de civilidade e, com essa atitude, eliminar de Vila Bela da Santíssima Trindade a ‘barbárie’ representada pelos ameríndios, que tanto incomodavam a população da então Vila-capital e seu entorno.

Luis de Albuquerque representou um dos maiores expoentes da tradição urbanística geométrica em terras da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso: os fortes e vilas por ele construídos eram tipicamente planejados sob réguas e compassos.

No caso de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi edificada em 1752, no governo de D. Antonio Rolim de Moura, o investimento de Luís de Albuquerque foi a implementação de aspectos de ‘civilização’ e ‘modernidade’ nos costumes de sua população, a partir da qual o ameríndio passa a ser seu principal alvo nesse processo ‘civilizatório’.

Atrair a população ameríndia era uma forma de tê-la sob controle e subjugar-la aos interesses do seu governo, tornando-a assim presa fácil, como mão-de-obra ‘docilizada’ ao sistema vigente, como também aumentar o contingente populacional na fronteira, já que a maior preocupação dos governos coloniais da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, como região fronteira, era o acréscimo constante e contínuo de pessoas capazes de pegar em armas para defender os interesses da coroa portuguesa, pois o perigo de ataque dos colonos de Castela fazia parte do cotidiano dos colonos lusitanos, como se percebe neste documento:

[...] Os castelhanos meditavam insultar esta Capitania com bastante forças[...]. A idéia que elles se propunham era de atacar ao mesmo tempo, não somente esta capital, e a Fortaleza da Conceição; mas ainda o destacamento de Nova Coimbra do Paraguai, e mesmo a Villa de Cuiabá. Fui obrigado a regular na expreçada proporção as minhas providencias e disposições Militares e menos mal que pode ser dividindo as limitadíssimas forças que somente tenho e distribuindo-as pela sobredita Fortaleza da Conceição, pela Fronteira dos Barbados e pela do Jauru que se avizinham a esta Capital, [...] além das indispençaveis aplovaçõens que fiz, em ordem a dispor exercitar toda a pouca gente capaz da pegar em armas que há na Capitania,[...] e de curto numero de Armas [...] fui precizado a recorrer por maior Cautella ao governador e Capitão General do Para João Pereira Caldas, [...] pedindo-lhe socorro de tropa com alguma muniçõens [...] para que com toda a mayor guarda que for compatível com as minhas poucas forças, com as quaes me empregarey sempre athé a ultima extremidade em conservar e defender os Reaes Dominios que Sua Majestade se dignou confiar-me.<sup>1</sup>

Percebemos, no texto citado, algumas das preocupações do governador de Cuiabá e Mato Grosso. Entre elas, pode-se citar o perigo de uma invasão dos colonos de Castela à capitania, por Luís de Albuquerque administrada; a pouca quantidade de munição e o escasso

---

<sup>1</sup> AHU-MT. NDHIR-UFMT. Cx. 19. Doc. 1164. Rolo 17. (Grifos do autor)

e irrisório contingente populacional, incapaz de defender os interesses portugueses nessa região de fronteira, conforme sugere o documento.

Em se tratando de munição, era possível recorrer ao governador do Pará objetivando ajuda imediata à capitania com esse produto. Porém, no que tange à população, era possível recorrer sempre ao paliativo de sugerir que enviasse tropas para defender os domínios de Portugal em terras de Cuiabá e Mato Grosso. Por isso, era necessário buscar formas de aumentar o número de pessoas, especialmente na Repartição de Mato Grosso, onde estava localizada a Vila-Capital.

Por esse motivo, a população de Vila Bela e seus arredores era anualmente quantificada por idade, sexo e estado civil, procurando demonstrar à Coroa Portuguesa em números a quantidade de pessoas capazes de defender a Capitania de Cuiabá e Mato Grosso e, consecutivamente, o Brasil, das incursões dos colonos de Castela, como mostra o documento a seguir:

[...]. Em resulta de minha diligencia formey o pequeno Mapa, que envio incluso:

<b>Villa Bella todos seus arredores e vizinhanças</b>	<b>Villa do Cuiabá e todos seus arredores</b>
Famílias ou Fogos	195
Meninos de 1 a 7 annos	274
Meninas da mesma idade	160
Rapazes de 8 a 15 annos	204
Raparigas 8 a 17 annos	120
Homens de 16 até 50 annos	2.377
Mulheres de 15 até 50 annos	528
Homens de 50 annos para cima	300
Mulheres de 70 annos para cima	47
SOMA	TOTAL
4.115	7.600
Nascimento no anno de 1772	153
	238

Mortos no mesmo anno	158	204
Casados no mesmo anno-	57	51

Notas:

[...]-Sendo preciso observar que 3 partes dos habitantes são negros, índios, ou mulato.<sup>2</sup>

Por esse documento, é possível percebermos a preocupação do governo com a quantidade de pessoas nos dois maiores centros urbanos da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso e que, por ser antemural da colônia, era preciso que essa população estivesse sempre em ordem crescente. Objetivava-se, dessa forma, além da ocupação, a defesa da região fronteira, especialmente a Repartição de Mato Grosso, pois lá estava a Vila-Capital, sendo que a mesma deveria cumprir sua função primordial: a de ser cabeça do governo e mural guarnecedora da Capitania e do Brasil.

Estar atentos à quantidade de pessoas, especialmente àquelas que estavam em idade de pegar em armas para defender o território era, naquele contexto, fundamental, daí a necessidade de enviar anualmente à Coroa Portuguesa essa estatística populacional e, também, procurar estratégias para aumentar o número de pessoas na fronteira. Desse pormenor decorre a importância de ‘civilizar’ o ameríndio, propenso a vassalo da Real Coroa Portuguesa, já que, como súditos, passariam a ter obrigação de contribuir com a defesa do território de Sua Majestade. Com esse objetivo, o governo da Capitania buscava aproximar-se e conquistar a confiança das nações ameríndias, logicamente esperando tirar proveitos destas para seus intentos, ou seja, aumentar a quantidade de pessoas nas fronteiras da capitania.

No contato com uma nação ameríndia estava implícita sua ‘domesticação’ e transformação em seres sujeitos a tornarem-se ‘civilizados’ aos padrões eurocêntricos, como também sujeitos às leis e ordens das autoridades lusitanas em terras da América portuguesa e, portanto, pessoas dispostas a povoar e defender os domínios da Metrópole. É o que comprova o documento abaixo:

<sup>2</sup> AHU-MT. NDHIR-UFMT. Cx.15. Doc.90.

[...] havendo casualmente aparecido na Cachoeira da Bananeira na margem Ocidental hum lote de quarenta índios silvestres compreendido algumas mulheres, crianças, todos d'alguma não desconhecida e com huma manifestada vontade e inclinação de sivilidade julgey conveniente e muy favorável ao presente em que foram abertos aí, se poderia aproveitá-los para o povoamento e estabelecimento do forte[...].<sup>3</sup>

Tendo em vista aumentar a população da fronteira oeste, não só no governo de Luís de Albuquerque, mas em todos os governos de Cuiabá e Mato Grosso, à época colonial, buscaram-se estratégias para incentivar a vinda dos colonos indígenas das terras dos domínios de Castela para os territórios lusos, reforçando, com isso, o contingente populacional em defesa dos interesses da Coroa Portuguesa. É essa questão que ressalta Volpato:

A fuga de índios domesticados pelos espanhóis que adentravam terras portuguesas tinha movimento mais antigo e continuo [...]. Planos foram elaborados para incentivar esse fluxo migratório, e atrair os silvícolas para Mato Grosso, com o intuito de atenuar a carência de mão-de-obra que a região enfrentava constantemente [...] (VOLPATO, 1987:71).

Ainda sobre a preocupação com o aumento da população da fronteira, os engenheiros-militares, Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, escreveram em suas “Reflexões sobre Capitania de Mato Grosso”:

Consiste a população de tão vasto país em vinte e duas mil almas; quinze mil na Villa do Cuiabá e suas dependências e sete mil similantemente em Villa Bella. Calculando, pois a classe d'estas vinte e duas mil almas resultam doze mil escravos[...]. Restam ainda dez mil almas, das quaes metade são mulheres: e das cinco mil que ainda restam, só podem tirar mil para velhos, rapazes e inválidos. Pelo que apenas ficarão dous mil homens que possam pegar em armas no caso de uma guerra [...] (SERRA & FERREIRA, 1975:3).

Analisando o discurso dos engenheiros-militares, percebemos suas preocupações em aumentar o contingente populacional da capitania, visto que a presença de escravos negros em

---

<sup>3</sup> AHU-NDHIR-UFMT. Cx.16. Doc.05.

número extraordinariamente maior que o de brancos significava perigo, porque a qualquer momento esse contingente poderia se insurgir contra seus senhores ou mesmo fugir para aquilombar-se ou para as terras de Castela, haja vista que, “nos tempos de guerra são outros tantos inimigos do país, e de seus senhores e que só buscam a liberdade acenando-lhe o inimigo com ella” (1975:3).

A vigilância constante aos negros escravizados era uma forma de controlá-los e mantê-los sob o guarda de seus senhores e/ou do governo, evitando, assim, as fugas para as terras do domínio espanhol e, consecutivamente, o despovoamento da fronteira do lado português.

O negro é visto no discurso de Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira como inimigo declarado do país, cumprindo, portanto, ao governo usar de todas as estratégias para buscar cativar o ameríndio de várias nações para a causa portuguesa, ou seja, servir de guardiões das fronteiras das terras lusitanas.

A necessidade de braços para o trabalho fazia com que os senhores, além do negro escravizado – mão-de-obra que chegava à Capitania de Cuiabá e Mato Grosso por preços exorbitantes –, usassem também os ameríndios na labuta cotidiana. Sobre tal fato, Volpato argumenta que: “O escravo [negro] sempre foi um bem de alto custo e de grande procura [...]. Uma das alternativas utilizadas era lançar mão do índio para empregá-lo na extração do ouro [...]” (VOLPATO, 1985: 71).

Além da labuta na mineração, o ameríndio era usado na construção de fortes, no plantio da agricultura de subsistência, na pecuária e outras atividades cotidianas das vilas e povoados da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso como também servia nas guarnições militares e nas lutas contra os espanhóis nas regiões de fronteira, especialmente no Extremo Oeste de Mato Grosso.

Da mesma forma que os negros, os índios desempenharam diversas atividades no processo de produção. Semelhantemente, eram considerados seres inferiores, menos capacitados, selvagens, desumanos, e que deveriam receber a domesticação como dádiva que os redimiria do paganismo e da barbárie (VOLPATO, 1985:83).

Dessa forma, todo processo modernizador para Vila Bela da Santíssima Trindade incluía civilizar as nações ameríndias existentes na região do Guaporé, retirando-as da situação de ‘bárbaros’ para integrá-las aos valores eurocêntricos.

Os ameríndios ainda atuavam como remadores, como atesta o documento a seguir:

Mandey pagar com vestuários diversos deste Real Armazém o trabalho de certo número de miseráveis Índios que indispençavelmente se ocuparam desde a Cidade do Pará de Navegação,[...] a remar as duas Canoas do transporte do Ouvidor actual desta Comarca Joaquim José de Moraes, Sendo, pois todos estes os principais que não somente me fizeram determinar ao requerido pagamento daqueles Índios [...].<sup>4</sup>

Outro documento nos dá conta da diferença de pagamento pelo trabalho a um grupo de ameríndio e a outro grupo de trabalhadores presumivelmente branco:

**Relação dos sapateiros e índios que trabalharão no inervamento dos barris de pólvora**

<b>Sapateiros</b>	<b>Dias</b>	<b>Valor</b>
Francisco de Souza	3 ½	560 \$
Pascoal	3	480 \$
Francisco de Rosa	3 ½	560 \$
Manoel da Cruz	3 ½	560 \$
Raimundo Feliz	3 ½	560 \$
Luiz Antonio	3 ½	560\$
TOTAL		3.560 \$

---

<sup>4</sup> AHU-NDHIR-UFMT. Cuiabá-MT. Cx.26. Doc. 1500.

<b>Índios</b>	<b>Dias</b>	<b>Valor</b>
Narcizo Magalhães	6	240 \$
Liandro Cunha	6	240 \$
Flavio dos Reis	6	240 \$
Ai a Navi	6	240 \$
Leitão	6	240 \$
<b>TOTAL</b>		1.200\$

Forão pagos por ocasião cinco índios acima e receberão um todo Mil e Duzentos Reis.<sup>5</sup>

Por esse documento, é possível percebermos que ameríndios realizavam semelhantes atividades empreendidas pelos demais trabalhadores, embora fosse notória uma grande distorção nos valores referentes ao pagamento.

O primeiro documento demonstra o trabalho de ameríndios exercendo função de remadores e recebendo pagamento com vestimenta, levando-nos a pressupor que essa forma de pagamento fazia parte do cotidiano desses trabalhadores, na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, no final do Setecentos.

Desse modo, podemos concluir que, enquanto mão-de-obra livre, havia uma dicotomia no tratamento entre brancos e ameríndios no ato de assalariar-lhes, e isso abre precedentes para questionar a afirmação de Gilberto Freire que diz: “Esse governador tanto cuidou [...] de recomendar aos seus auxiliares bom tratamento aos indígenas. [...] Luis, chegou a ser enfático a esse respeito, recomendando que se tratassem os índios com benevolência e amizade [...]” (FREIRE, 1978:188).

Diferentemente da interpretação trazida por Freire, percebe-se que, na prática, havia efetiva diferença no tratamento dos trabalhadores índios e não-índios.

Na inclusão do ameríndio na sociedade eurocêntrica, pensada não só por Luís de Albuquerque, mas por todos os governantes do período colonial da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, está explícita sua ‘domesticação’ e ‘docilização’ para servir aos intentos do

<sup>5</sup> Documentos Avulsos. APMT. Cuiabá-MT. Lata 1775. Doc. Fazenda. Doc. N.125.

colonizador, a fim de explorá-los como mão-de-obra barata, em um espaço onde a mão-de-obra escravizada negra chegava profundamente cara e descontínua, visto que “o escravo [negro] era um dos gêneros de mais alto custo entre os importados pela Capitania [...]” (VOLPATO, 1985:83).

Temos aí as razões para o incentivo e o apoio que governadores da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso davam para os ameríndios das colônias castelhanas a fim de que ultrapassassem a fronteira e viessem para o domínio luso, tanto para aumentar o contingente populacional, como para suprir a carência de mão-de-obra que, além de cara e descontínua, ainda sofria com as constantes fugas para os quilombos, provando com isso a necessidade contínua de forças produtivas e pessoas para povoar as fronteiras. Eis então o motivo para a vinda de famílias inteiras de ameríndios aldeados das colônias de Castela para as terras matogrossenses, como nos diz Gilberto Freire:

O Anal [de Vila Bela] de 1779 registrou o modo porque Luis sequioso por povoadores ameríndios de sua capitania, recebera os índios que, em sucessivos grupos, chegaram naquele ano em Vila Bela, vindos dos domínios espanhóis [...]. No mesmo ano, foram trazidos à Vila Bela, presos, de um quilombo no distrito do Príncipe da Beira, uns tantos índios que tinham desertados ‘do lugar de Lemego e outros’. Eram indígenas destribalizados ou fugidos das missões [...]. A política de Luis foi reunir indígenas em aldeas e em regime semicivilizado de vida que, contendo neles o pendor para nômade, os tornassem lavradores e ‘povoadores’. Mato Grosso [...] precisava de indígenas que adoptassem uns tantos usos dos civilizados [...] (FREIRE, 1978:188).

Convém ressaltar que existia uma política para que os ameríndios, prestes a estar em contato com os luso-brasileiros, apegassem-se aos hábitos portugueses, e com isso se adaptassem à maneira eurocêntrica de viver. Nesse sentido justificar-se-ia o costume dos governantes em distribuir presentes do uso e costume europeu, como atesta o documento a seguir:

Relação dos Gêneros que devem sair dos Reais Armazéns para Gentio  
Guaycurus:

- Panos de Algodão para Camizas, e Calças dos dezecete Índios;
- Panos azul para dezecete fardamentos inteiros;
- Estopas para forro de tudo;
- Galaos Franco de Lá para as Camisas dos fardamentos;
- Chapeos agaloados;
- Camiza de Linho;
- Panos finos para fardas e Calcoens dos dous Capitaens;
- Botoens das Camizas para todas as fardas;
- Chapeos de Braga para os Capitoens;
- Camizas de Bretanha ,duas para os Capitoens;
- Feltros, para todos os fardamentos;
- Linhas com que se cozirão as Camizas de Algodão;
- Galão de Prata para as duas fardas dos Capitoens;
- Tafeté Cramezim para gravata dos dous Capitoens;
- Meias de Linhas branca para os dous Capitoens;
- Seis varas e meia de caissa de sabão;
- Duas meia finas e quatro grossa para as duas mulheres dos capitõens;
- Hun pano de Bretanha para quatro Camizas; duas para as mulheres do duos -Capitõens, e outras duas para a Pret Interprete;
- Tres peças de Chita de Fabrica para três sayas, duas para as mulheres dos Capitõens e huma para a Preta;
- Rendas sortidas para todas as Camiizas;
- Cadarço de Linho Largo para as duas sayas;
- Fitas de Fabrica para as duas sayas, e Camizas da mulheres dos Capitõens e da Preta;
- Linhas brancas de Bretanha para se cozirem as Camizas;
- Baeta para as Mulheres dos Capitõens e da Preta;
- Chapeo de Baeta para a Preta;
- Fios de Cercadeiras para a Preta;
- Dos dos dittos fios para os dezecete Índios;
- Dos de canos e cercadeira para os Capitõens;

- Redes com suas vareandas de fio de Algidão para os dous Capitõens;
- Corda de garguilhas para as dittas;
- Caixas pintadas de Verde com suas Chaves para a Preta, para outro principal que dizem ficará;
- Dos encouraçados para viagem para os dous Capitõens e suas mulheres, com o do principal que não veio;
- Facas de meza com suas colheres e garfos de Latão para os dous Capitõens, e dous tantos talheres , Machados para o principal que ficou;
- Machados para os dous Capitõens;
- Pratos de Estanho razos e copos, guardanapos para os dezecete Índios e a Preta;
- Pratas Grandes de estanho para os duos Capitõens;
- Linhas para se repartirem pelos Capitõens, Índios e mais a Preta;
- Aguilhas grossas para todos os Índios;
- Anéis de Vidro para todos.<sup>6</sup>

Essa maneira de agir era a forma mais conveniente de afirmar uma suposta amizade com os ameríndios, embora o objetivo primordial fosse a aproximação com os mesmos e a destribalização para, então, usá-los como mão-de-obra nas terras da fronteira lusitana e também povoar e guarnecer a região, visando garantir um mural vivo contra as incursões dos colonos de Espanha. Assim, europeizar os ameríndios era uma forma de demonstrar que por estas terras a modernidade era realidade, além de constituir-se como justificativa para que a Coroa Portuguesa garantisse todo o investimento na região.

Desse modo, o ameríndio ‘bárbaro’ e ‘inumano’ passa a ‘civilizado’, agente da modernização e recebido como pessoa aberta a contribuir com os avanços da capitania, especialmente da Repartição de Mato Grosso. Com tal idéia, o Estado lusitano, através das práticas dos capitães-generais, imputa ao ameríndio uma espécie de cidadania padrão, laica e culturalmente europeia. Por esse viés, “o bárbaro é potencialmente um civilizado que, por sua vez, é um potencial ‘cidadão’. Assim, pertencer à cidade é considerado um passo na superação pretendida” (PEREIRA, 1995:81).

---

<sup>6</sup> AHU-NDHIR-UFMT. Cx.28. Doc. 1617.

O significado de cidadão, no sentido literal da palavra, estava em construção no final do século XVIII na Europa Iluminista. Em sua gênese, cidadão é o que pertence à cidade, sujeito às suas normas e leis, com direitos e deveres a cumprir. O ameríndio ‘civilizado’ passa a ser esse indivíduo pertencente a um município, logo passa a ser cidadão. Passado a fase da ‘barbárie’, adquire sua identidade de cidadania. Longe das noções iluministas de cidadão e cidadania, ele é apenas um instrumento das leis e não agente delas, ou seja, a cidadania ameríndia estava apenas no fato de viver no meio urbano, sem, contudo atingir a plena igualdade de direitos com o não-índio.

Enquanto mão-de-obra na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, o ameríndio foi usado nas lavras, na pecuária, na agricultura de subsistência, como pescador, caçador, remador, rastreador de negros fugitivos, como guardiões das fronteiras contra os ataques dos espanhóis, na construção de fortes, e, ainda incentivados pelos portugueses a furtar os rebanhos das terras das colônias de Espanha para serem vendidos aos lusos, como demonstra o documento a seguir:

[...] Os Espanhoes se vão avançando pelos Terrenos da margem Oriental do Paraguai[...]. E [...] o meyo suave e seguro de desanimar os Espanhões[...] é fomentar os Índios Guaycurus praticão, uzão, em the hirem designando de Egoas e cavalos das ditas fazendas.[...] A quem eu determino[...] compre por conta da Real Fazenda,[...] de algumas módica porção de baeta, com algum machado, ou couza semelhante por cada egoa ou cavalo. Esta compra tem fins muito interessante ao bem do Real Serviço, com ella pode ser que dizanimados os Espanhões em desaparecerem os seus gados ou abandonem aqueles Estabelecimentos,[...], e por outro lado não só porque a Real Fazenda de Matto Grosso pelo módico preço, porque se promutão aqueles animães, a mayor parte da despeza que anualmente faz, com que necessitão mas aumentar as suas fazendas da Caissara, e os Cavallares do Caeté e Casalvasco [...] e estas fazendas logo que engrossem com mayor número de egoas, dentro de poucos annos podem fornecer cavallos para montarem os Dragõens no serviço diário que for preciso, objecto muito necessário, principalmente por toda a larga Fronteira de Chiquitos [...].

[...] E para se fazer a compra das Egoas e Cavallos, que nos vem vender os Guaycurus, se precisa grande provimento de baetas vermelhas, cor de Sangue de boy, e azues.[...] ,e de foices, machados, facas, tesouras, espelhos, pratos de estanho, pequenas bacias de latão e varias quinquilharias.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> AHU.UFMT - NDHIR. Cx. 31. Doc. 1696. (Grifos do Autor)

Tal documento nos leva a perceber as vantagens tiradas da amizade e paz com os Guaicurus. Entre essas vantagens a mais plausível era o lucro que o governo poderia obter negociando os animais roubados pelos ameríndios das terras dos domínios de Castela. Também nos chama atenção a importância de continuar mantendo uma relação cordial com os mesmos, visto que servem de mural vivo, separando os colonos lusos dos colonos de Castela.

### **Algumas Considerações**

Desde tempos longínquos, a terminologia “bárbaro” é utilizada para designar o grupo que não pensa e nem age conforme os padrões culturais vigentes em uma determinada sociedade, aquele que está à margem da cultura local, portanto diferente do grupo do **nós**. É o **outro**, que com seu jeito de ser incomoda o grupo do **nós**, pois existe e afronta nossa própria existência, enquanto pessoa. Por isso, procura-se a todo custo aniquilar esse outro e transformá-lo em um ser que pensa e age como o grupo do nós, mas nunca será como nós, porque guarda em sua natureza resquícios do outro, que um dia ele foi.

Assim ocorreu com os ameríndios em terras da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso. Sob a ótica de trazer para essas terras a modernidade, o governador e capitão-general, Luís de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres, imprimiu na então Vila-Capital ares europeizantes, devendo o ameríndio tornar-se útil à sociedade e, desse modo, agir, trabalhar, vestir, portar-se como o europeu, sujeito às regras e ordens impostas.

Civilidade então era compreendida como o processo de transformação do ameríndio que deveria esquecer seus hábitos e costumes para assumir a maneira de ser e viver do europeu em terras do domínio português.

‘Domesticados’, tinham tratamento inferiorizado na condição de mão-de-obra livre, em relação ao não-índio, mesmo exercendo igual função. Apesar dessa desvalorização, os índios lavraram, plantaram, construíram fortes, rastreamos negros fugitivos, como também serviram de mural vivo contra as incursões espanholas.

Assim, ser ameríndio e viver no Extremo Oeste da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, no final do último quartel do século XVIII, era esquecer sua identidade sócio-cultural para adotar a cultura do europeu, como se demonstrou no documento intitulado *Relação de Gêneros que devem sair dos Reais Armazéns para o Gentio Guaicurus*. Nessa longa relação

de gêneros, supostamente necessárias aos guaicurus, havia desde chapéus, camisas de linho, tecidos para gravatas e saias, meias até anéis. Percebemos, por esse documento, todo processo de ressignificação cultural imputada a esses índios, uma vez que ‘civilizar-se’ era sinônimo de tornar-se parecido com o civilizador no vestir, no calçar, no usar camisa, fardas, chapéus e também no ato de comer com garfo e faca e usar guardanapos.

Nas obras dos cronistas por nós utilizadas para compilar este artigo, os ameríndios são descritos como seres inumanos, bárbaros, cruéis, havendo, portanto, a necessidade fazer deles seres ‘civilizados’ e úteis à sociedade.

Tanto Luís de Albuquerque quanto os administradores que o antecederam e os posteriores a ele usaram desses subterfúgios na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso. Em uma capitania fronteira e carente de pessoas para servir na fronteira, civilizá-los – no sentido como entendiam o termo – era uma forma de garantir um contingente populacional capaz de garantir posse e guarda das terras à Coroa lusa. Desse modo, modernizar Vila Bela da Santíssima Trindade, além da arquitetura, incluía também ressignificar a maneira de ser dos ameríndios, pois assim os mesmos aprenderiam a conviver com os supostos ‘civilizados’ em ambiente urbano como cidadão e, acima de tudo, como pessoas que respeitariam as leis e ordens impostas.

Por isso mesmo, fazer desses seres ‘dóceis’ vassallos de Sua Majestade, fiéis guardiões das fronteiras era, sem dúvida, aumentar braços para empunhar armas para defender os interesses da Metrópole e, assim, usado como mão-de-obra barata, inferiorizado como ser humano, deteriorado como identidade sócio-cultural, o ameríndio viu-se no centro urbano da Vila-Capital no final do Setecentos, obrigado a ressignificar sua forma de ser e viver .

### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Maria de Fátima. *Alexandre Rodrigues e a Capitania do Mato Grosso: Imagens do Interior*. In: História, Ciência, Saúde. Manguinhos. Vol. III. (Suplemento)

FREIRE, Gilberto. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*. Editora da Fundação Cultural do Mato Grosso. Cuiabá-MT, 1978.

LEVERGER, Augusto (Barão de Melgaço). *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001.

ROHAN, Henrique de Beaufaire. *Anais de Mato Grosso*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2001.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida & FERRERIA, Joaquim da Costa. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Editora da UFMT. Cuiabá-MT, 1975.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônica do Cuiabá*. IHGMT. Cuiabá-MT, 2002.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. Editora HUCITEC. São Paulo-SP, 1987.